

//// Sterlite Power



Demonstrações Financeiras **2023**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

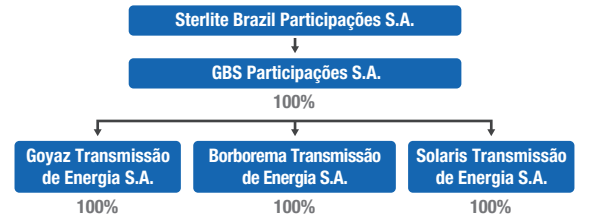
A STERLITE POWER LIDEROU
O CAMINHO DE ADOÇÃO DAS
MELHORES PRÁTICAS PARA O SETOR
DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA. NOSSA
EQUIPE ESTÁ NA VANGUARDA DA
CRIAÇÃO E ADOÇÃO DAS MAIS NOVAS
E EFICIENTES TECNOLOGIAS QUE
AMPLIAM NOSSAS CAPACIDADES DE
CRIAR SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS
PARA AS DEMANDAS DOS CLIENTES.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **GBS Participações S.A. (“GBS Participações” ou “GBS” ou “Controladora”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:
A Sociedade
A **GBS Participações S.A. (“GBS Participações” ou “GBS” ou “Controladora”)**, é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.



Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão
O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.366	81.236	69.814	147.776
Concessionárias e permissionárias	6	—	—	14.198	7.189
Ativo de concessão	7	—	—	148.314	134.086
Prêmio de seguro	—	—	—	1.691	1.341
Tributos e contribuições a compensar	—	291	981	920	1.321
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	—	—	8	502
Dividendos a receber	10	4.722	3.862	—	—
Partes relacionadas	9	51.282	50.470	51.282	50.470
Outros	—	—	4.366	—	4.366
Total do ativo circulante		64.661	140.915	286.227	347.051
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo da concessão	7	—	—	1.755.486	1.613.240
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	353	—	6.105	45.483
Prêmio de seguro	—	—	—	36	297
	—	353	—	1.761.627	1.659.020
Investimentos	10	1.224.153	1.126.896	—	—
	—	1.224.153	1.126.896	—	—
Total do ativo não circulante		1.224.506	1.126.896	1.761.627	1.659.020
Total do ativo		1.289.167	1.267.811	2.047.854	2.006.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa
A GBS Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social
A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.
Fato relevante
Em março de 2022, a Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$ 1.000.
Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência de um equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano sendo a correção da escritura considerada intempestiva para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação “covenant”. Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto a sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário “waiver” para o descumprimento da cláusula supracitada está em processo de formalização de através de Assembleia Geral de Debenturistas “AGD”, a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como, informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração vencimento antecipado automático.

São Paulo, 23 de abril de 2024
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida	—	—	92.964	754.602	
Remuneração do ativo de concessão líquido	—	—	161.515	89.486	
Receita de operação e manutenção líquida	—	—	6.043	5.048	
Receita operacional líquida	15	—	—	260.522	849.136
Custo de implementação de infraestrutura	16	—	—	(90.931)	(544.766)
Custo de operação e manutenção	17	—	—	(10.620)	(4.400)
Lucro bruto	—	—	—	158.971	299.970
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(385)	(1.618)	(15.230)	(13.714)
Outras receitas/(despesas)	19	—	—	8.589	—
Resultado de equivalência patrimonial	10	90.461	264.113	—	—
Lucro antes do resultado financeiro	—	90.076	262.495	152.330	286.256
Receitas financeiras	20	450	967	4.683	6.870
Despesas financeiras	20	(97.192)	(67.920)	(157.337)	(68.824)
Resultado financeiro líquido	—	(96.742)	(66.953)	(152.654)	(61.954)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	—	(6.666)	195.542	(324)	224.302
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	—	—	(4.384)	(2.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	—	—	(1.958)	(26.543)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	—	(6.666)	195.542	(6.666)	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.666)	195.542	(6.666)	195.542
Total de resultados abrangentes	(6.666)	195.542	(6.666)	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(6.666)	195.542	(324)	224.302
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	—	—	—	—
Equivalência patrimonial	(90.461)	(264.113)	—	—
PIS e COFINS diferidos	—	—	11.296	30.414
Constituição de provisão para contingências	—	—	4.513	13.213
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.850	—	39.337	—
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	45.289	54.412	79.451	89.139
Apropriação dos custo de captação de debêntures	2.635	4.000	2.706	4.000
Decréscimo (acréscimo) de ativos	—	—	—	—
Ativo de concessão	—	—	(156.474)	(847.493)
Concessionárias e permissionárias	—	—	(7.009)	(7.189)
Tributos a compensar	690	(981)	401	(916)
Prêmio de seguro	—	—	(89)	13
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(353)	94	39.872	88.269
Partes relacionadas	(812)	(679)	(812)	(679)
Outros	4.366	(5.793)	4.366	(5.509)
Acréscimo (decrécimo) de passivos	—	—	—	—
Fornecedores	4.625	539	(58.992)	(114.642)
Tributos e contribuições sociais	(8)	(249)	(655)	(3.392)
Salários e encargos sociais	—	—	(3.393)	7.466
Encargos setoriais	—	—	691	—
Outros	—	—	1.673	(2.688)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	(3.522)	1.037
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(11.845)	(17.228)	(46.964)	(524.655)
Aportes de capital em controladas	—	(400.229)	—	—
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(7.656)	(19.500)	—	—
Caixa proveniente de controlada adquirida	—	—	—	49.094
Empréstimos com partes relacionadas	—	—	—	—
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(7.656)	(419.729)	—	49.094
Redução de capital social	—	30.231	—	30.231
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	600.000	61.207	828.736
Custo de captação de debêntures	—	(32.757)	—	(33.256)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.266)	(58.435)	(15.584)	(171.918)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.103)	(20.851)	(76.621)	(30.461)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(53.369)	518.188	(30.998)	623.332
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(72.870)	81.231	(77.962)	147.771
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.236	5	147.776	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.366	81.236	69.814	147.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua →

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	—	—	(3.071)	(3.071)	100	(2.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	(100)	446.916
Aumento de capital conforme AGE de 11 de fevereiro de 2022	447.016	—	—	—	447.016	—	2.170
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	2.170	—	—	—	2.170	—	25.000
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2022	25.000	—	—	—	25.000	—	1.634
Aumento de capital conforme AGE de 01 de setembro de 2022	1.634	—	—	—	1.634	—	195.542
Lucro líquido do exercício	—	—	—	195.542	195.542	—	—
Constituição de reserva legal	—	9.624	—	(9.624)	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(1.828)	(1.828)	—	(1.828)
Constituição das reservas de retenção de lucros	—	—	181.019	(181.019)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.820	9.624	181.019	—	666.463	—	666.463
Prejuízo do exercício	—	—	—	(6.666)	(6.666)	—	(6.666)
Absorção do prejuízo do exercício	—	—	(6.666)	6.666	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	475.820	9.624	174.353	—	659.797	—	659.797

(*) O Capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 100 reais, constituídos em 23 de agosto de 2021.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social

A GBS Participações S.A. (“Companhia” ou “GBS”), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, andar 12 - Sala E - Cidade Monções, no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. (“Borborema”), Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Goyaz”) e Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Solaris”) são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela Companhia, por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. Os saldos das controladas na data base da transferência do controle estão mencionados na Nota 4.

1.2. Das Concessões: As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24	
				Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	47.235	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	58.636	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	34.227	02/2018

Borborema: O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Goyaz:** O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Solaris:** O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadão.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com páteo de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com páteo de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **Borborema:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$47.235 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados. Em 09 de setembro de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

Tabela 1 - investimento (R\$), OSM (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II					
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4,1, a.	12.021.203,90
Total	87.713.179,14	—	10.759.038,21	—	12.021.203,90

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A.. Em junho de 2022, os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados. **Goyaz:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, a LT 230 kV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **Solaris:** Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R\$), OSM (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3				
Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48	4,1, a.
Total	94.973.138,65	—	12.869.730,48	—

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.. O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$31.430 (R\$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022, 50% do elemento 2 SE 500/230 kV Janaúba 3 com Parcela RAP de 26,64% da Solaris foi energizado, e em 9 de julho 100% do elemento 2 foi concluído. A Solaris em setembro de 2022, encontra-se 100% em operação, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e, ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023. A Solaris, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. Em 31 de dezembro de 2023, a Solaris se encontra 100% em operação. **1.4. Encargos regulatórios:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações

financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 12 de abril de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 564.709 na controladora e R\$ 410.949 no consolidado (positivo em R\$ 138.531 na controladora e positivo em R\$ 236.821 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 599.745 na controladora e consolidado, respectivamente correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures, que ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 12. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44% Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por

meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda

continua★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadão.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real. As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil, o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registrarão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	766	62.519	16.488	76.879
Aplicações financeiras (i)	7.600	18.717	53.326	70.897
	8.366	81.236	69.814	147.776

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas em 2023 pelo CDI, entre 70% e 98% (97% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade na controladora foi de R\$ 450 e no consolidado foi de R\$ 4.608 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 967 na controladora e R\$ 6.870 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Consolidado	
	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	14.198	7.189
	14.198	7.189

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.747.326	—
Ativo adquirido com a aquisição das Controladas	—	899.833
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	98.755	766.125
Remuneração do ativo de concessão	169.806	107.700
Receita de operação e manutenção	9.892	6.581
(-) Faturamento	(121.979)	(32.913)
Saldo final	1.903.800	1.747.326
Circulante	148.314	134.086
Não circulante	1.755.486	1.613.240

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	—	—	8	8
Adiantamento a fornecedores	353	—	6.105	45.977
	353	—	6.113	45.985

Circulante	—	8	502
Não circulante	353	—	6.105
			45.483

Os saldos de adiantamentos a fornecedores consolidados serão realizados conforme apresentação dos custos finais das obras dos projetos das transmissoras.

9. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Ativo Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Sterlite Brazil Participações S.A.	51.282	50.470	51.282	50.470
Total	51.282	50.470	51.282	50.470

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Credor	Companhia		Encargos		Data final		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Banco Banco do Brasil	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Banco Banco do Brasil	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Total Banco Banco do Brasil	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
BNB - Banco do Nordeste prioritário	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
BNB - Banco do Nordeste prioritário	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
BNB - Banco do Nordeste prioritário	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Total BNB	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Total debêntures	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Total	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Circulante	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—
Não circulante	—	—	—	—	15/02/2045	—	—	—	—	—

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	—	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

10. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):									
31/12/2023									
Investidas	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido			
Borborema	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652			
Goyaz	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070			
Solaris	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739			
Total			1.987.562	763.409	1.224.153	90.461			

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investidas	—	—	—	—
Borborema	—	—	—	—
Goyaz	—	—	—	—
Solaris	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

(*) Resultado do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, data em que as investidas passaram a ser Controladas pela Companhia.

b) Movimentação dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investidas	—	—	—	—
Borborema	—	—	—	—
Goyaz	—	—	—	—
Solaris	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investidas	—	—	—	—
Borborema	—	—	—	—
Goyaz	—	—	—	—
Solaris	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

(*) As investidas passaram a ser controladas pela Companhia a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

c) Dividendos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investida	—	—	—	—
Borborema	—	—	—	—
Goyaz	—	—	—	—
Solaris	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços (i)	5.164	539	11.887	539
Relacionados a implementação da infraestrutura	—	—	9.151	76.445
Retenções contratuais (ii)	—	—	7.399	10.446
	5.164	539	28.437	87.429

(i) O saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratação da integralidade da lista de pendência.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

c) Por vencimento:

	Consolidado
2025	16.429
2026	17.436
2027	18.993
2028	20.563
2029	22.135
2030	23.670
2031	24.167
Após 2032	402.379
Total das obrigações	545.772

GBS Participações: A Companhia GBS Participações realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731% a.a. Em março de 2022 a Companhia assinou o Contrato Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantias, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplimento. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. **Borborema:** A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. (“Emissão de Debêntures”). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Borborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) (“Financiamento BB-FDNE”). Sobre o Subcrédito I (“FDNE I”), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II (“FDNE II”), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste (“BNB”). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Borborema ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram editados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantias, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. **Solaris:** A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. (“Emissão de Debêntures”). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB (“Financiamento BNB”). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantias, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL

nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. **Goyaz:** Em fevereiro de 2022 a Goyaz firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. Em março de 2022 a Goyaz quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882.

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Consolidado
	2023	2022	2023
IRPJ	38.075	37.289	
CSLL	20.563	19.394	
IR e CS diferidos	58.638	56.683	
PIS	13.277	11.266	
COFINS	61.276	51.991	
PIS e COFINS diferidos	74.553	63.257	
Tributos passivos	133.191	119.940	
Circulante	5.808	4.894	
Não circulante	127.383	115.046	

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado		Consolidado
	2023	2022	2023
IRPJ	260.522	260.522	849.136
CSLL	8%	12%	8%
IRPJ	(20.842)	(31.263)	(67.931)
CSLL	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.210)	(2.814)	(16.983)
Outros ajustes	4.447	1.619	(327)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(764)	(1.194)	(17.310)
Receita realizada	115.012	115.012	39.913
Percentual de presunção	8%	12%	8%
Base de cálculo presumida	9.201	13.801	2.633
Receitas financeiras	2.687	2.687	1.838
Base de cálculo total	11.888	16.488	4.471
Outros ajustes	24	48	249
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.948)	(1.436)	(1.367)

Impostos diferidos: (i) o saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Outros	Reconhecido	Consolidado
	31/12/2022	movimentos	no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(37.381)	70	(764)	(38.075)
Contribuição social	(19.302)	(67)	(1.194)	(20.563)
Não circulante	(56.683)	3	(1.958)	(58.638)
				Consolidado
	31/12/2021	Aquisição de investimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo/passivo				
Imposto de renda	–	(20.071)	(17.310)	(37.381)
Contribuição social	–	(10.069)	(9.233)	(19.302)
Não circulante	–	(30.140)	(26.543)	(56.683)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$475.820, representado por 475.820.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada. b) **Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 9.624 em 31 de dezembro de 2023 e 2022).

c) **Destinação do lucro líquido do exercício:**

	2023	2022
Destinação dos lucros	(6.666)	195.542
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	–	(3.071)
Absorção de prejuízos acumulados	–	(9.624)
Constituição da reserva legal (i)	–	182.847
Base de cálculo de dividendos	–	(1.828)
Dividendos mínimos obrigatórios (iii)	–	(181.019)
Reserva de retenção de lucros (ii)	–	–
Absorção de prejuízo do exercício	(6.666)	–

(i) Reserva legal constituído com base em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Mínimo obrigatório previsto no estatuto social de 1% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Consolidado
	2023	2022	2023
Receita operacional bruta			
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	98.755	766.125	
Remuneração do ativo de concessão	169.806	107.700	
Receita de operação e manutenção	9.892	6.581	
Total da receita bruta	278.453	880.406	
Tributos sobre a receita			
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(1.125)	(4.035)	
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.351)	–	
PIS diferido sobre operação e manutenção	(443)	(1.534)	
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	(4.665)	(7.487)	
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(6.940)	(18.214)	
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(1.866)	–	
Total de deduções	(16.390)	(31.270)	
Encargos setoriais	(1.541)	–	
Receita operacional líquida	260.522	849.136	
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	(90.931)	544.766	
Margem de implementação da infraestrutura	3.938	200.702	
Margem de implementação de infraestrutura%	4.33%	36.84%	

16. CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	Consolidado		Consolidado
	2023	2022	2023
Pessoal	(41)	(29.172)	
Serviços de terceiros	(1.530)	(79.821)	
Gastos ambientais	–	(2.837)	
Terrenos	(12.406)	(3.493)	
Edificações, máquinas e equipamentos	(77.923)	(365.167)	
Servidão	6.926	(8.653)	
Capitalização de juros	(2.986)	(34.819)	
Outros	(2.971)	(20.804)	
Total	(90.931)	(544.766)	

17. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

		Consolidado		Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	–	–	(7.333)	(1.597)
Serviços de terceiros	(419)	(1.617)	(4.421)	(9.354)
Material	–	–	–	(22)
Aluguéis	–	–	(275)	(88)
Tributos	(1)	(1)	(116)	(42)
Seguros	–	–	(2.753)	(2.577)
Tarifas bancárias	–	–	–	(18)
Outros	35	–	(332)	(49)
Total	(385)	(1.618)	(15.230)	(13.714)

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
Pessoal e encargos	–	–	(7.333)
Serviços de terceiros	(419)	(1.617)	(4.421)
Material	–	–	–
Aluguéis	–	–	(275)
Tributos	(1)	(1)	(116)
Seguros	–	–	(2.753)
Tarifas bancárias	–	–	–
Outros	35	–	(332)
Total	(385)	(1.618)	(15.230)

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

		Consolidado		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	–	8.589	–	–
	–	8.589	–	–

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	450	967	4.608
Outras receitas financeiras	–	–	75
Total	450	967	4.683

Despesas financeiras			
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(74.137)	(54.412)	(115.799)
Despesas bancárias	(307)	(345)	(1.283)
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	(21)	(45)	(21)
Comissões, taxas e fianças (a)	(22.594)	(12.939)	(39.407)
Multas e juros	(18)	–	(609)
IOF	(12)	(179)	(24)
Outras despesas financeiras	(103)	–	(194)
Total	(97.192)	(67.920)	(157.337)

Resultado financeiro líquido (96.742) (66.953) (152.654) (61.954)

(a) Corresponde à apropriação do custo de comissão ao banco Modal referente à estruturação do empréstimo ponte via Cédula de Crédito Bancário (CCB).

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Contingências passivas - risco de perda provável:** A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Consolidado		Consolidado
	Quantidade	Valor	Quantidade
Processos judiciais - Cíveis	–	–	–
Saldo em 31/12/2021	–	–	–
Adições	144	13.213	144
Saldo em 31/12/2022	144	13.213	144
Adições	(10)	4.513	(10)
Saldo em 31/12/2023	134	17.726	134

Em 31 de dezembro de 2023, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário. A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado		Consolidado
	Quantidade	Valor	Quantidade
Processos judiciais	–	–	–
Cíveis	1	52	1
Saldo em 31/12/2022	1	52	1
Adições	–	–	–
Saldo em 31/12/2023	1	52	1

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado
	Nível	2023	2022
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários	766	62.519	16.488
Partes relacionadas	51.282	50.470	51.282
Dividendos a receber	4.722	3.862	–
Concessionárias e permissionárias	–	–	14.198
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	7.600	18.717
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	5.164	539	28.437
Empréstimos, financiamentos e debêntures	622.369	598.964	1.197.645

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados às taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

						Controladora 2023		
			Risco de redução		Risco de aumento			
	Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV		
	Indexador	31/12/2023	provável	(-50%)	(-25%)	(50%)	(25%)	
Ativos								
Equivalentes de caixa		CDI	7.600	11,65% 885	5,83% 443	8,74% 664	17,48% 1.328	14,56% 1.107
Passivos								
		IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	5,95%	8,92%	17,84%	14,87%
Empréstimos, financiamentos e debêntures			622.369	74.019	37.009	55.514	111.028	92.524
						Consolidado 2023		
			Risco de redução		Risco de aumento			
	Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV		
	Indexador	31/12/2023	provável	(-50%)	(-25%)	(50%)	(25%)	
Ativos								
Equivalentes de caixa		CDI	53.326	11,65% 6.212	5,83% 3.106	8,74% 4.659	17,48% 9.319	14,56% 7.766
Passivos								
		IPCA		4,62% + taxas fixas do contrato	4,10%	6,15%	12,30%	10,25%
Empréstimos, financiamentos e debêntures			1.197.644	122.111	61.055	91.583	183.166	152.637

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **22.3 Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Solaris	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R\$ 20.156
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R\$ 30.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R\$ 345.091
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R\$ 377.331
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$ 83.078
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R\$ 283.282
Borborema	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R\$ 30.000
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R\$ 410.315
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 40.000

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2024, a Companhia não atingiu o saldo mínimo em contas de garantia previsto no Instrumento particular de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças. Esse não atingimento pode levar ao vencimento antecipado da dívida, conforme previsto na cláusula 6.1.1 item (i) da escritura da 1ª emissão de debêntures. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das referidas debêntures.

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **GBS Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 564.709 mil na controladora e R\$ 410.949 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, no montante de R\$ 599.645 mil para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 1.903.800 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o

CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE026317/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Goyaz”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Goyaz”)**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. (“GBS Participações” ou “GBS” ou “Controladora”), cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Goyaz Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 12 do Leilão ANEEL nº 02/2018, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 34.227.230,29.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km;
- Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV;
- Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto;
- Implementação de trecho de linha de transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão em 345 kV Samambaia - Bandeirantes e a subestação Pirineus 345 kV;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe

coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formada pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos. Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.394	15.691
Concessionária e permissionárias	6	2.661	1.132
Tributos e contribuições a compensar		263	99
Prêmio de seguro		638	374
Adiantamento a fornecedores e funcionários	7	–	137
Ativo da concessão	8	36.234	30.467
Total do ativo circulante		49.190	47.900
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	423.534	402.528
Prêmio de seguro		28	68
Adiantamento a fornecedores	7	1.297	12.618
Total do ativo não circulante		424.859	415.214
Total do ativo		474.049	463.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	5.392	16.868
Salários e encargos sociais		826	1.842
Tributos e contribuições sociais		246	212
Imposto de renda e contribuição social		206	199
Encargos setoriais		195	67
PIS e COFINS diferido	10	1.393	1.112
Dividendos a pagar		712	559
Outros passivos		1.673	–
Total do passivo circulante		10.643	20.859
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.161	13.473
PIS e COFINS diferidos	10	16.288	14.537
Provisões para contingências	12	9.909	7.114
Total do passivo não circulante		40.358	35.124
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	348.870	348.870
Reservas de lucros	13.b	74.178	58.261
		423.048	407.131
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–
Total do patrimônio líquido		423.048	407.131
Total do passivo e patrimônio líquido		474.049	463.114

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		7.671	222.524
Remuneração do ativo de concessão líquido		36.485	27.762
Receita de operação e manutenção		2.976	1.583
Receita operacional líquida	14	47.132	251.869
Custo de implementação de infraestrutura	15	(21.965)	(196.363)
Custo de operação e manutenção	16	(3.252)	(1.350)
Lucro bruto		21.915	54.156
Despesas gerais e administrativas	17	(3.685)	(5.692)
Outras receitas (despesas)		1.540	–
Lucro antes do resultado financeiro		19.770	48.464
Receitas financeiras	18	631	3.302
Despesas financeiras	18	(2.633)	(2.407)
		(2.002)	895
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.768	49.359
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.010)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	(688)	(7.639)
Lucro líquido do exercício		16.070	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
		31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		16.070	40.702
Total de resultados abrangentes		16.070	40.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
		31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social		17.768	49.359
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		–	–
PIS e COFINS diferidos		2.032	9.163
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures		–	3.106
Provisões para contingências		2.795	7.114
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		–	–
Ativo de concessão		(26.773)	(255.302)
Concessionárias e permissionárias		(1.529)	(1.132)
Impostos e contribuições a compensar		(164)	(20)
Prêmio de seguro		(224)	137
Adiantamentos a fornecedores e funcionários		11.458	(12.477)
Partes Relacionadas		–	250
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(11.476)	(9.989)
Tributos e contribuições sociais		34	(1.179)
Salários e encargos sociais		(1.016)	1.735
Encargos setoriais		128	67
Partes Relacionadas		–	(699)
Outros passivos		1.673	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.003)	(826)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(6.297)	(210.693)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		–	269.498
Captação de empréstimos, debêntures e financiamentos		–	44.000
Amortização de principal e juros de debêntures e financiamentos		–	(113.483)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		–	200.015
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(6.297)	(10.678)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.691	26.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.394	15.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8); Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características **continua ★**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.089	906	17.040	–	95.035	2.283	97.318
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	2.283	–	–	–	2.283	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	1.230	–	–	–	1.230	–	1.230
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	268.268	–	–	–	268.268	–	268.268
Lucro líquido do exercício	–	–	–	40.702	40.702	–	40.702
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(387)	(387)	–	(387)
Constituição de reserva legal	–	2.035	–	(2.035)	–	–	–
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	38.280	(38.280)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	348.870	2.941	55.320	–	407.131	–	407.131
Lucro líquido do exercício	–	–	–	16.070	16.070	–	16.070
Constituição de reserva legal	–	804	–	(804)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(153)	(153)	–	(153)
Constituição das reservas de retenção de lucros	–	–	15.113	(15.113)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	348.870	3.745	70.433	–	423.048	–	423.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Goyaz”), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”). **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de

transmissão. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade Operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power
GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

• Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

• Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

• Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e passivos financeiros estão relacionados aos fornecedores. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início

após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos

impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação; **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	2.570	1.096
Aplicações financeiras	6.824	14.595
	9.394	15.691

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, entre 70% a 98% em 31 de dezembro 2023 (75% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 556 (R\$ 3.302 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	2.661	1.132

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (i)	1.297	12.747
Adiantamento a funcionários	-	8
	1.297	12.755
Circulante	-	137
Não circulante	1.297	12.618

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	432.995	177.693
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	9.025	230.954
Remuneração do ativo de concessão	37.933	28.814
Receita de operação e manutenção	3.449	1.487
(-) Faturamento	(23.634)	(5.953)
	459.768	432.995
Circulante	36.234	30.467
Não circulante	423.534	402.528

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	443	13.550
Retenções contratuais (i)	3.444	1.609
Materiais e serviços não faturados	1.505	1.709
	5.392	16.868

(i) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que deverá ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2023	31/12/2022
a) Tributos diferidos:		
Imposto de renda diferido	9.195	8.878
Contribuição social diferida	4.966	4.646
IR e CS diferidos	14.161	13.473
PIS diferido	3.149	2.787
COFINS diferida	14.532	12.862
PIS e COFINS diferidos (i)	17.681	15.649
Tributos passivos	31.842	29.122
Circulante	1.393	1.112
Não circulante	30.449	28.010

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	47.132	47.132
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	3.771	5.656
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(943)	(509)
Outros	575	189
Impostos de renda e contribuição social diferido	(368)	(320)

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	251.869	251.869
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(20.150)	(30.224)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.037)	(2.720)
Outros	83	35
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.954)	(2.685)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Reconhecido		Reconhecido	
	31/12/2021	no resultado	31/12/2022	no resultado
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(3.873)	(4.954)	(8.827)	(368)
Contribuição social	(1.961)	(2.685)	(4.646)	(320)
Não circulante	(5.834)	(7.639)	(13.473)	(688)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Movimentação 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações	Juros Incorridos	Pagamento de juros/principal	Saldo em 31/12/2022
CCB Banco					
Modal (Ponte)	66.377	—	2.224	(68.601)	—
CCB Banco					
Modal (Ponte)	—	44.000	882	(44.882)	—
	66.377	44.000	3.106	(113.483)	—

A Companhia em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. A Companhia em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882.

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	—
Cíveis	36	7.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36	7.114
Cíveis	(1)	2.795
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35	9.909

Em 31 de dezembro de 2023 todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se à Ação de Constituição de Servidão, Ação de Consignação em Pagamento e Ação de Desapropriação - Fundiário.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$348.870 dividido em 348.870.449 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta reservas de lucros conforme abaixo: b) Reservas de lucros:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.070	40.702
Constituição da reserva legal (i)	(804)	(2.035)
Base de cálculo de dividendos	15.266	38.667
Dividendos mínimos obrigatórios	(153)	(387)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(15.113)	(38.280)
Saldo de lucros acumulados	—	—

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R\$153 (R\$387 em 2022).

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	9.025	230.954
Remuneração do ativo de concessão	37.933	28.814
Receita de operação e manutenção	3.449	1.487
Total da receita bruta	50.407	261.255

Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(241)	(334)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(258)	(1.325)
PIS diferido sobre operação e manutenção	(34)	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	(1.113)	(1.545)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.190)	(6.114)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(154)	—
Total de deduções	(2.990)	(9.318)
Encargos setoriais	(285)	(68)
Receita operacional líquida	47.132	251.869
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	(21.965)	196.363
Margem de implementação da infraestrutura	(13.131)	26.324
Margem %	59,78%	13,41%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(769)	(21.691)
Pessoal	(10)	(7.875)
Máquinas e equipamentos	(5.213)	(136.079)
Terrenos	(12.406)	—
Gastos ambientais	—	(1.066)
Edificação	(13.239)	(13.522)
Servidão	7.070	(7.638)
Capitalização de Juros	—	(3.106)
Outros	2.602	(5.386)
	(21.965)	(196.363)

Custos referentes ao final da construção do projeto e os gastos de desmobilização da obra.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(111)	(1)
Serviços de terceiros	(183)	(643)
Outros	(2.958)	(706)
	(3.252)	(1.350)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(1.797)	(473)
Serviços de terceiros	(1.052)	(4.178)
Aluguéis	(65)	(21)
Tributos	(17)	(12)
Seguros	(792)	(929)
Outros	38	(79)
	(3.685)	(5.692)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	556	3.302
Outras receitas financeiras	75	—
	631	3.302

Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	—	(26)
Despesas bancárias	(160)	—
Comissões e taxas (a)	(2.216)	(267)
Multas	(257)	(3)
IOF	—	(409)
Outros	—	(1.702)
	(2.633)	(2.407)
	(2.002)	895

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	556	3.302
Outras receitas financeiras	75	—
	631	3.302

Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	—	(26)
Despesas bancárias	(160)	—
Comissões e taxas (a)	(2.216)	(267)
Multas	(257)	(3)
IOF	—	(409)
Outros	—	(1.702)
	(2.633)	(2.407)
	(2.002)	895

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	556	3.302
Outras receitas financeiras	75	—
	631	3.302

Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	—	(26)
Despesas bancárias	(160)	—
Comissões e taxas (a)	(2.216)	(267)
Multas	(257)	(3)
IOF	—	(409)
Outros	—	(1.702)
	(2.633)	(2.407)
	(2.002)	895

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 40.000

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Goyaz Transmissão de Energia S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** (“**Companhia**” ou “**Borborema**”) em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade
A **Borborema Transmissão de Energia S.A.** (“**Companhia**” ou “**Borborema**”), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. (“**GBS Participações**” ou “**GBS**” ou “**Controladora**”), cujas acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Borborema Transmissão de Energia S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.398	11.240
Concessionárias e permissonárias	6	5.831	2.099
Tributos e contribuições a compensar		64	79
Prêmio de seguro		441	578
Adiantamento a fornecedores	7	8	215
Ativo da concessão	8	50.005	46.032
Total do ativo circulante		72.747	60.243
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	601.453	512.689
Prêmio de seguro		–	64
Adiantamentos a fornecedores	7	1.451	17.078
Total do ativo não circulante		602.904	529.831
Total do ativo		675.651	590.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva (prejuízos) a realizar	Lucro acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	139.019	(16.519)	2.629	49.463	–	–	174.592	3	174.595
Integralização de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	–	570	–	–	–	–	570	(3)	567
Integralização de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	–	15.949	–	–	–	–	15.949	–	15.949
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	25.439	–	–	–	–	–	25.439	–	25.439
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	19.500	19.500
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	76.502	76.502	–	76.502
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(727)	(727)	–	(727)
Constituição de reserva legal	–	–	3.825	–	–	(3.825)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucro	–	–	–	71.950	–	(71.950)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	164.458	–	6.454	121.413	–	–	292.325	19.500	311.825
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	7.656	7.656
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	41.652	41.652	–	41.652
Constituição de reserva legal	–	–	2.083	–	–	(2.083)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(396)	(396)	–	(396)
Constituição de lucros a realizar	–	–	–	–	39.173	(39.173)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	164.458	–	8.537	121.413	39.173	–	333.581	27.156	360.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Borborema Transmissão de Energia S.A. (“**Companhia**” ou “**Borborema**”), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia em junho de 2022 entrou parcialmente em operação comercial com parcela de RAP de 89,57%. Em novembro de 2022 as demais instalações foram concluídas e entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um reforço para implantação de novo transformador de 500/230-13,8 kV na SE João Pessoa II, que foi concluído em maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está 100% operacional e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. (“**Controladora**” ou “**Grupo Sterlite**”). **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão foi assinado em 21 de setembro de 2018, apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção,

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 04 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 03/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, bem como recebeu autorização para implantação de reforço, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, que conjuntamente asseguram uma Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 47.235.247,12.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA;
- Implantação dos trechos de linhas de transmissão em 230 kV, circuitos duplos, com extensões aproximadas de 0,5 km, compreendidos entre a subestação João Pessoa II e os pontos de seccionamentos das linhas de transmissão em 230 kV Goianinha - Mussurú II, Goianinha - Santa Rita II e Santa Rita II - Mussurú II;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- Implantação de reforços autorizados na SE João Pessoa II, quais sejam: segundo banco de autotransformadores monofásicos TR2 500/230- 13,8 KV - 3x150 MVA e adequações no módulo geral em 500 kV.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		72.767	184.881
Remuneração do ativo de concessão líquido		53.845	39.339
Receita de operação e manutenção		1.484	1.848
Receita operacional líquida	14	128.096	226.068
Custo de implementação de infraestrutura	15	(58.031)	(137.771)
Custo de operação e manutenção	16	(3.470)	(1.746)
Lucro bruto		66.595	86.551
Despesas gerais e administrativas	17	(4.832)	(2.734)
Outras receitas/(despesas)	18	2.362	–
Lucro antes do resultado financeiro		64.125	83.817
Receitas financeiras	19	814	1.044
Despesas financeiras	19	(20.515)	(690)
		(19.701)	354

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.424	84.171
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(1.234)	(493)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(1.538)	(7.176)
Lucro líquido do exercício		41.652	76.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.652	76.502
Total de resultados abrangentes	41.652	76.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	44.424	84.171
PIS e COFINS diferidos	5.172	8.134
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.698	14.517
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.685	–
Apropriação custo de captação de debêntures	71	–
Provisões para contingências	741	5.189
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(92.737)	(222.692)
Concessionárias e permissonárias	(3.732)	(2.099)
Impostos e contribuições a compensar	15	(13)
Prêmio de seguro	201	(122)
Adiantamentos a fornecedores	15.834	(17.056)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(9.981)	(10.726)
Tributos e contribuições sociais	(453)	(1.603)
Salários e encargos sociais	(1.379)	2.779
Encargos setoriais	257	114
Outros passivos circulantes	–	(788)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(864)	(158)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(25.048)	(140.353)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	41.955
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.656	19.500
Custos de captação de debêntures	–	(499)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	41.809	57.080
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(7.318)	–
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.941)	(8.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	30.206	110.036
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.158	(30.317)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.240	41.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.398	11.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

	Investimento	O&M	REN RAP 905/2020	RAP Atualizada
Empreendimento				
SE 500/230 kV João Pessoa II				
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4,1, a. 12.021.203,90
Total	87.713.179,14	–	10.759.038,21	– 12.021.203,90

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da Companhia. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissonárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

continua –★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa reflete as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em

tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não

interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entre-tanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	9.021	7.142
Aplicações financeiras	7.377	4.098
	16.398	11.240

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 70% a 98% em 2023, (CDI, 98% a 100% em 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 814 (R\$ 1.044 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	5.831	2.099
	5.831	2.099

A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	8	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.451	17.293
	1.459	17.293

Circulante 8 215
Não Circulante 1.451 17.078
(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.
Com a aceleração das obras em 2022 foi necessário intensificar a contratação de serviços e materiais, o que justifica a relevante variação entre os anos em questão.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	558.721	336.029
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	75.989	191.885
Remuneração do ativo de concessão	55.854	40.829
Receita de O&M	3.697	1.962
(-) Faturamento	(42.803)	(11.984)
	651.458	558.721
Circulante	50.005	46.032
Não circulante	601.453	512.689

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	3.304	13.497
Retenções contratuais (ii)	2.359	3.166
Materiais e serviços não faturados (iii)	3.359	2.340
	9.022	19.003

(i) Custos finais dos projetos e gastos de desmobilização de obras. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimento das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,4541%	114.154	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,7772%	17.604	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	01/09/2041	IPCA + 2,1512%	17.336	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	01/09/2041	IPCA + 3,1635%	41.216	26.885
1ª emissão de debêntures	16/01/2045	IPCA + 6,10%	59.739	55.268
Total de empréstimos e financiamentos			250.049	210.045
Circulante			11.347	6.030
Não circulante			238.702	204.015
			250.049	210.045

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Pagamento de principal	Amortização dos custos de captação	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	102.677	15.658	6.599	—	(6.665)	(4.131)	16	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15.836	2.415	1.065	—	(1.075)	(637)	—	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	9.379	8.404	844	—	(571)	(721)	1	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	26.885	15.332	2.656	—	(1.882)	(1.829)	54	41.216
Debêntures	55.268	—	3.534	2.685	(1.748)	—	—	59.739
Total	210.045	41.809	14.698	2.685	(11.941)	(7.318)	71	250.049

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	84.382	18.035	7.154	—	(6.894)	—	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	13.014	2.781	1.147	—	(1.106)	—	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	—	9.379	—	—	—	—	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	—	26.885	—	—	—	—	26.885
Debêntures	49.551	—	3.291	2.925	—	(499)	55.268
Total	146.947	57.080	11.592	2.925	(8.000)	(499)	210.045

A Companhia realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Companhia firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Companhia firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021, a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023, as cartas de fiança emitidas em favor dos devedoristas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Companhia ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	6.477
2025	9.529	7.487
2026	9.678	7.627
2027	10.569	8.463
2028	11.607	9.390
2029	12.586	10.262
2030	13.418	11.043
2031	13.223	10.837
Após 2032	158.092	132.429
	238.702	204.015

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	13.029	12.246
Contribuição social diferida	7.036	6.281
IR e CS diferidos (Não circulante)	20.065	18.527
PIS diferido	4.544	3.633
COFINS diferida	21.017	16.766
PIS e COFINS diferidos	25.571	20.399
	45.636	38.926
Circulante	1.963	1.680
Não circulante	43.673	37.246

Os tributos diferidos sobre o lucro são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	128.096	128.096
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	10.248	15.372
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(2.562)	(1.383)
Outros ajustes (*)	1.777	630
Impostos de renda e contribuição social diferido	(785)	(753)

(*) Refere-se basicamente aos ajustes de IR e CS diferido sobre o saldo total do ativo de concessão. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	226.068	226.068
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(18.085)	(27.128)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(4.521)	(2.442)
Outros	(163)	(50)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.684)	(2.492)

d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Reconhecido 31/12/2021	Reconhecido no resultado 31/12/2022	Reconhecido 31/12/2022	Reconhecido no resultado 31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(7.561)	(4.684)	(12.244)	(785)
Contribuição social	(3.791)	(2.492)	(6.283)	(753)
Não circulante	(11.352)	(7.176)	(18.527)	(1.538)
				(20.065)

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	—
Cíveis	65	5.189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65	5.189
Cíveis	(4)	741
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61	5.930

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e processos fundiários. b) Contingências passivas - risco de perda possível: A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia estão representados conforme segue:

	31/12/2023
Processos judiciais	Quantidade
Cíveis	1
	52
	1
	52

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia referia-se a processos fundiários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$164.458, representado por 164.458.647 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional no valor nominal de R\$1 cada. b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: A Companhia recebeu da sua única acionista GBS durante o exercício, valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital no montante de R\$ 7.656, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 27.156 (R\$ 19.500 em 31 de dezembro de 2022) e a Companhia tem a intenção de integralizar ao longo dos próximos 12 meses. c) Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.652	76.502
Constituição da reserva legal (i)	(2.083)	(3.825)
Base de cálculo de dividendos	39.569	72.677
Dividendos mínimos obrigatórios	(396)	(727)
Reserva de lucros a realizar (ii)	(39.173)	(71.950)
Saldo de lucros acumulados	—	—
(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R\$ 396 (R\$ 727 em 2022).		

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	75.989	191.885
Remuneração do ativo de concessão	55.854	40.829
Receita de operação e manutenção	3.697	1.962
Total da receita bruta	135.540	234.676
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(574)	(1.247)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(358)	(265)
PIS diferido sobre operação e manutenção	(297)	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(2.648)	(5.757)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.651)	(1.225)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(1.375)	—
Total de deduções	(6.903)	(8.494)
Encargos setoriais	(541)	(114)
Receita operacional líquida	128.096	226.068
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	(58.031)	137.771
Margem de implementação da infraestrutura	15.478	47.110
Margem %	26,67%	34,19%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	—	(10.431)
Máquinas e equipamentos	(42.723)	(54.980)
Serviços de terceiros	(100)	(29.627)
Gastos ambientais	—	(577)
Edificação	(8.546)	(14.164)
Servidão	(42)	(645)
Juros capitalizados	(2.986)	(14.517)
Outros	(3.634)	(12.830)
	(58.031)	(137.771)

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(126)	—
Serviços de terceiros	(3.279)	(1.700)
Outros	(65)	(46)
	(3.470)	(1.746)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(2.431)	(489)
Serviços de terceiros	(1.031)	(1.113)
Aluguéis	(95)	(45)
Tributos	(32)	(16)
Seguros	(935)	(823)
Outros	(308)	(248)
	(4.832)	(2.734)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	2.362	—
	2.362	—

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	814	1.044
	814	1.044

Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(14.397)	—
Comissões e taxas	(5.552)	—
Despesas bancárias	(475)	—
Multa	(45)	(127)
IOF	(9)	—
Outros	(37)	(563)
	(20.515)	(690)
	(19.701)	354

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ	CSLL
Receita operacional recebida	38.731	38.731
Alíquota sobre a receita	8%	12%
	3.098	4.648
	789	1.183
	191	191
	630	630
Receitas financeiras	3.289	4.839
Base de cálculo	25%	9%
Alíquotas vigentes	822	436
	355	453
Outros	(24)	1
Impostos de renda e contribuição social corrente	798	436
	330	163

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado	Valor
Construção	Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R\$ 283.282	
Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R\$ 30.000	
Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R\$ 410.315	

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023	2022
Bancos		9.021	7.142
Concessionárias e permissionárias		5.831	2.099
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2023	2022
Aplicações financeiras	2	7.377	4.098
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023	2022
Empréstimos e financiamentos		190.310	154.777
Debêntures		59.739	55.268
Fornecedores		9.022	19.003

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. 22.2. Gestão do capital: A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia continua a



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadiao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, diretores e Acionistas da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 651.458 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o

componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela**

auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.



Building a better
working world

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O



Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Solaris”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade

A **Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Solaris”)**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. (“GBS Participações” ou “GBS” ou “Controladora”), cujas acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Solaris Transmissão de Energia S.A.

Concessão

Em 24 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 20 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018 e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, bem como recebeu autorização para implantação de reforço, através da Resolução

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.656	39.608
Concessionárias e permissionárias	6	5.706	3.958
Tributos e contribuições a compensar		302	161
Prêmio de seguro		612	390
Adiantamento a fornecedores	7	–	148
Ativo da concessão	8	62.075	57.587
Total do ativo circulante		104.351	101.852
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	730.499	698.024
Prêmio de seguro		8	166
Adiantamento a fornecedores	7	3.004	15.786
Total do ativo não circulante		733.511	713.976
Total do ativo		837.862	815.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, que conjuntamente asseguraram Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 58.636.119,49.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km;
- Subestação Jaíba com pátio de 230/138-13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA;
- Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculada e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;
- Implantação de reforços autorizados na SE Janaúba 3, quais sejam: terceiro e quarto bancos de autotransformadores monofásicos TR3 500/230- 13,8 KV - 3x100 MVA e TR4 500/230- 13,8 KV - 3x100 MVA.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de

geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		12.526	399.899
Remuneração do ativo de concessão líquido		71.185	41.541
Receita de operação e manutenção		1.583	3.483
Receita operacional líquida	14	85.294	444.923
Custo de implementação de infraestrutura	15	(10.935)	(266.821)
Custo de operação e manutenção	16	(3.898)	(1.656)
Lucro bruto		70.461	176.446
Despesas gerais e administrativas	17	(6.328)	(4.035)
Outras receitas/(despesas)	18	4.687	–
Lucro antes do resultado financeiro		68.820	172.411
Receitas financeiras	19	2.788	2.060
Despesas financeiras	19	(36.997)	(203)
		(34.209)	1.857
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.611	174.268
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(2.140)	(912)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	268	(14.017)
Lucro líquido do exercício		32.739	159.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	32.739	159.339
Total de resultados abrangentes	32.739	159.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	34.611	174.268
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	4.091	15.910
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	19.464	21.133
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.802	–
Provisões para contingências	977	910
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(36.963)	(446.032)
Adiantamentos a fornecedores	12.930	(11.111)
Prêmio de seguro	(64)	114
Concessionárias e permissionárias	(1.748)	(3.958)
Tributos e contribuições a compensar	(141)	(26)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(42.160)	10.070
Tributos e contribuições sociais	(231)	(902)
Salários e encargos sociais	(995)	2.916
Encargos setoriais	306	146
Partes Relacionadas	–	(1.109)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.652)	(661)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(3.773)	(238.332)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	88.773
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19.398	127.656
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.577)	(1.610)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(179)	214.819
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.952)	(23.513)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.608	63.121
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35.656	39.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).			
Empreendimento	Investimento	O&M	REN RAP 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3			
Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48
	94.973.138,65	—	4,1. a.
Total	94.973.138,65	—	12.869.730,48
Referência de preço: junho de 2020.			—

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.

continua →

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Solaris”), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaíba resta pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia se encontra 100% em operação incluído o reforço desde 25 de janeiro de 2023 e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e até 2021 é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited (“Grid 5”), ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 2/2018. O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendi-

mento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$31.430 (R\$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023 - 2024), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANE-EL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa reflete as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados como valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma tran-

sação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessões de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativas, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibili-

dade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação; **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	4.131	6.121
Aplicações financeiras	31.525	33.487
	35.656	39.608

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo entre 70% a 98% em 2023 e 100,50% em 2022, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.788 e 31 de dezembro 2022 R\$ 2.060.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	5.706	3.958
	5.706	3.958

A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação.

A Companhia tem um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (i)	3.004	15.934
	3.004	15.934
Circulante	-	148
Não circulante	3.004	15.786
(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratos, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.		

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	755.611	309.579
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	13.741	414.764
Remuneração do ativo de concessão	76.019	43.316
Receita de operação e manutenção	2.746	3.134
(-) Faturamento	(55.543)	(15.182)
	792.574	755.611
Circulante	62.075	57.587
Não circulante	730.499	698.024

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	5.403	43.806
Retenções contratuais (ii)	1.597	5.671
Materiais e serviços não faturados (iii)	1.859	1.542
	8.859	51.019

(i) Saldos referente à construção do projeto principalmente com aquisições de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	85.193	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	62.130	54.064
1ª emissão de debêntures	IPCA + 6,40%	15/01/2045	177.904	169.942
			325.227	298.140
			18.157	
			307.070	298.140

b) Movimentação de debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Apropriação custos de captação	Pagamentos de juros	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	74.134	11.220	4.895	—	—	(5.056)	85.193
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	54.064	8.178	3.759	—	—	(3.871)	62.130
Debêntures	169.942	—	10.810	7.802	—	(10.650)	177.904
Total	298.140	19.398	19.464	7.802	—	(19.577)	325.227

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamentos de juros	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	—	73.852	1.201	—	(919)	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	—	53.804	951	—	(691)	54.064
Debêntures	150.961	—	10.704	8.277	—	169.942
Total	150.961	127.656	12.856	8.277	(1.610)	298.140

A Companhia realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Companhia recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021, a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	6.379
2025	6.900	6.813
2026	7.758	7.600
2027	8.424	8.181
2028	8.956	8.612
2029	9.549	9.097
2030	10.252	9.677
2031	10.944	10.248
Após 2032	244.287	231.533
	307.070	298.140

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	15.851	16.240
Contribuição social diferida	8.561	8.440
IR e CS diferidos (Não circulante)	24.412	24.680
PIS diferido	5.574	4.846
COFINS diferida	25.727	22.364
PIS e COFINS diferidos (I)	31.301	27.210
	55.713	51.890
Circulante	2.452	2.102
Não circulante	53.261	49.788

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	85.294	85.294
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	6.824	10.235
Alíquotas utilizadas para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.706)	(921)
Outros	2.095	800
Impostos de renda e contribuição social diferidos	389	(121)
	31/12/2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	444.923	444.923
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	(35.594)	(53.391)
Alíquotas utilizada para cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(8.898)	(4.805)
Outros	(239)	(75)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(9.137)	(4.880)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Reconhecido 31/12/2021	Reconhecido no resultado 31/12/2022	Reconhecido 31/12/2022	Reconhecido no resultado 31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(7.103)	(9.137)	(16.240)	389
Contribuição social	(3.559)	(4.880)	(8.440)	(121)
Não circulante	(10.662)	(14.017)	(24.680)	268
				(24.412)

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituiram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	—
Cíveis	43	910
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43	910
Cíveis	(5)	977
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38	1.887

Em 31 de dezembro de 2023, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e fundiários.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$186.491 dividido em 186.491.109 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Movimentação em Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	32.739	159.339
Constituição da reserva legal (i)	(1.637)	(7.967)
Base de cálculo de dividendos	31.102	151.372
Dividendos mínimos obrigatórios	(311)	(1.514)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(30.791)	(149.858)
Saldo de lucros acumulados	—	—
(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazos de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. c) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 foi constituído R\$ 311 (R\$ 1.514 em 2022).		

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	13.741	414.898
Remuneração do ativo de concessão	76.019	43.316
Receita de operação e manutenção	2.746	3.134
Total da receita bruta	92.506	461.348
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(310)	(2.670)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(735)	(316)
PIS sobre o faturamento	—	88
PIS diferido sobre operação e manutenção	(112)	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	(904)	(12.327)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(4.099)	(1.460)
COFINS sobre o faturamento	—	407
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(337)	—
Total de deduções	(6.497)	(16.278)
Encargos setoriais	(715)	(147)
Receita operacional líquida	85.294	444.923
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	(10.935)	266.821
Margem de implementação da infraestrutura	1.591	133.078
Margem %	14,55%	49,88%

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(661)	(28.503)
Terrenos	—	(3.493)
Pessoal	(31)	(10.866)
Máquinas e equipamentos	(4.465)	(152.105)
Gastos ambientais	—	(1.194)
Edificações	(3.737)	(42.169)
Servidão	(102)	(370)
Capitalização de juros	—	(21.133)
Outros	(1.939)	(6.988)
	(10.935)	(266.821)

16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(3.762)	(1.596)
Pessoal	(118)	—
Outros	(18)	(60)
	(3.898)	(1.656)

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(3.105)	(603)
Serviços de terceiros	(1.919)	(2.447)
Materiais	—	(22)
Aluguéis	(115)	(22)
Tributos	(66)	(13)
Seguros	(1.026)	(827)
Outros	(97)	(101)
	(6.328)	(4.035)

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	4.687	—
	4.687	—
Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.		

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.788	2.060
	2.788	2.060

Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(27.266)	—
Comissão e taxas (i)	(9.045)	221
Despesas bancárias	(341)	—
Multas	(289)	(1)
IOF	(3)	(74)
Outros	(53)	(349)
	(36.997)	(203)
	(34.209)	1.857

(i) Corresponde a Comissões Fianças atreladas as dívidas e também corresponde a pagamento de tarifa junto ao banco do Nordeste (BNB) referente ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro presumido, pela competência de caixa e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ	CSLL
Receita operacional recebida	54.222	54.222
Alíquota sobre a receita	8%	12%
	(4.338)	(6.507)
Receitas financeiras	(1.453)	(1.453)
Base de cálculo	(5.791)	(7.960)
Alíquotas vigentes	25%	9%
	(1.448)	(716)
Outros	24	—
Impostos de renda e contribuição social corrente	(1.424)	(716)
	(637)	(275)

21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate Chubb	13/09/2018	27/09/2024	R\$ 20.156
Operacional	Risco Civil	Seguradora AXA	05/07/2023	05/07/2024	R\$ 30.000
Operacional	Operacionais	Seguros Tokio	25/06/2021	15/04/2024	R\$ 345.091
Operacional	Operacionais	Marine Risco de AXA	28/06/2023	28/06/2024	R\$ 377.331
Construção	Engenharia	Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$ 83.078

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Bancos		4.131	6.121
Concessionárias e permissionárias		5.706	3.958
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	31.525	33.487
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures		325.227	298.140
Fornecedores		8.859	51.019

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados para o mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

			2023			
	Posição em		Risco de redução		Risco de aumento	
	Inde- xador	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
Ativos	31/12/2023					
CDI		11,65%	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
Equivalentes de caixa	31.525	3.673	1,836	2,754	5.509	4.591
Passivos						
		4,62% + taxas fixas do contrato				
IPCA			4,03%	6,04%	12,08%	10,07

Empréstimos e financiamentos 325.226 29.243 14.622 21.933 43.865 36.554
b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices.

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

DIRETORIA

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Solaris Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 792.574 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custos - incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente

financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela**

auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O



**APRIMORAR AS TELECOMUNICAÇÕES
POR MEIO DE INFRAESTRUTURAS DE
TRANSMISSÃO DE ENERGIA**

Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

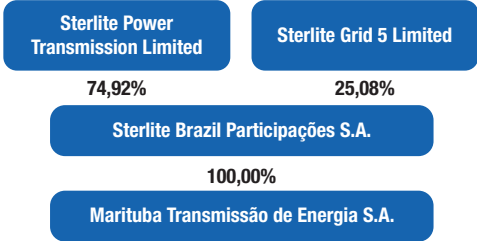
CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **Marituba Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Marituba”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade
A Marituba Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Marituba”), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Brazil Participações” ou “SBP” ou “Controladora”), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e pela Sterlite Grid 5 Limited., ambas sediadas na Índia, apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.



BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.391	122.831
Concessionárias e permissionárias	6	10.697	—
Ativo da concessão	8	93.638	53.290
Tributos e contribuições a compensar	9	2.142	288
Prêmio de seguro		1.325	750
Adiantamentos a fornecedores	7	4	474
Partes relacionadas	14	30	—
Total do ativo circulante		193.227	177.633
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	8	1.172.581	939.496
Prêmio de seguro		183	566
Adiantamentos a fornecedores	7	5.476	17.257
Total do ativo não circulante		1.178.240	957.319
Total do ativo		1.371.467	1.134.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.154	388	6.910	—	61.452	36.383	97.835
Aumento de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	36.383	—	—	—	36.383	(36.383)	—
Aumento de capital conforme AGE de 31 de março de 2022	140.000	—	—	—	140.000	—	140.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de junho de 2022	8.606	—	—	—	8.606	—	8.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	120	120
Lucro líquido do exercício	—	—	—	104.007	104.007	—	104.007
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(988)	(988)	—	(988)
Constituição de reserva legal	—	5.200	—	(5.200)	—	—	—
Constituição de reservas de retenção de lucros	—	—	97.819	(97.819)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239.143	5.588	104.729	—	349.460	120	349.580
Estorno adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	(120)	(120)
Prejuízo do exercício	—	—	—	(10.043)	(10.043)	—	(10.043)
Absorção de prejuízos acumulados	—	—	(10.043)	10.043	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	239.143	5.588	94.686	—	339.417	—	339.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Marituba Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Marituba”), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber, a partir de agosto de 2023, 100% da sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.05 - 12º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Power Grid 5 Limited (“Grid 5”) ambas sediadas na Índia. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 de setembro 2018, tem duração de 30 anos a partir da data da assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km; (ii) Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$61.630, (R\$83.310 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 15 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 83.310.592,92.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km;
- Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização

Passivo/Circulante

Fornecedores	10	119.257	80.145
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	11.554	1.979
Salários e encargos sociais	11	3.155	1.239
Tributos e contribuições sociais	12	1.156	3.727
Imposto de renda e contribuição social		14	—
Encargos setoriais		368	—
Dividendos a pagar		1.055	1.055
PIS e COFINS diferidos	15	8.925	4.929
Total do passivo circulante		145.484	93.074
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	696.724	548.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	61.476	57.393
PIS e COFINS diferidos	15	111.767	86.904
Provisão para contingências	23	16.599	—
Total do passivo não circulante		886.566	692.298
Patrimônio líquido			
Capital social	16	239.143	239.143
Reservas de lucros	16	100.274	110.317
		339.417	349.460

Adiantamento para futuro aumento de capital

		—	120
Total do patrimônio líquido		339.417	349.580
Total do passivo e patrimônio líquido		1.371.467	1.134.952

de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos. Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		194.471	805.002
Remuneração do ativo de concessão líquido		84.761	33.684
Receita de operação e manutenção		2.314	—
Receita operacional líquida	17	281.546	838.686
Custo de implementação de infraestrutura	18	(231.523)	(679.122)
Custo de operação e manutenção	19	(2.303)	—
Lucro bruto		47.720	159.564
Despesas gerais e administrativas	20	(23.601)	(2.663)
Outras receitas/(despesas)	21	1.781	—
Lucro antes do resultado financeiro		25.900	156.901
Receitas financeiras	22	3.821	1.402
Despesas financeiras	22	(35.681)	(702)
		(31.860)	700

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.960)	157.601
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(4.083)	(53.594)
Prejuízo líquido do exercício		(10.043)	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.043)	104.007
Total de resultados abrangentes	(10.043)	104.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro o antes dos impostos de renda e contribuição social	(5.960)	157.601
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	28.859	85.486
Provisão para contingências	16.599	—
Apropriação de custos de captação de debêntures	8	—
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.115	9.604
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.162	—
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(10.697)	—
Ativo de concessão	(273.433)	(924.172)
Adiantamentos a fornecedores	12.251	27.336
Impostos e contribuições a compensar	(1.854)	(103)
Prêmio de seguro	(192)	(1.068)
Partes relacionadas	(30)	—
Outros	—	499
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	39.112	74.875
Tributos e contribuições sociais	(2.571)	3.545
Encargos setoriais	368	—
Salários e encargos sociais	1.916	1.239
Partes relacionadas	—	(1.133)
Outros	14	—
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(139.333)	(566.291)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	—	148.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	(120)	120
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	142.161	624.259
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	(500)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.687)	(80.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.461)	(3.383)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	101.893	689.102
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(37.440)	122.811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122.831	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	85.391	122.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. • Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somen-

te a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro real para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

b) **Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	395.678	142.161	16.340
Debêntures	154.302	—	11.775
Total	549.980	142.161	28.115

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Custos de captação	Amortização de principal e juros	Saldo em 31/12/2022
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	—	394.242	3.768	—	—	(2.332)	395.678
Debêntures	—	150.017	3.843	942	(500)	—	154.302
CCB (Ponte)	—	80.000	1.051	—	—	(81.051)	—
Total	—	624.259	8.662	942	(500)	(83.383)	549.980

A Companhia realizou a primeira emissão 150.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, no valor nominal de R\$ 1.000,00, em agosto de 2022 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,242% a.a. A Companhia assinou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o Banco da Amazônia ("BASA") no valor de R\$536.403, com recursos advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") ("Financiamento BASA-FNO"). Em dezembro de 2023 o volume total do financiamento já havia sido desembolsado. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entre-tanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	5.130	71
Aplicações financeiras (i)	80.261	122.760
	85.391	122.831

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 98% - 101% em 2023 e 2022, cuja rentabilidade foi de R\$ 3.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.402 em 31 de dezembro de 2022).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS:

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	10.697	—
	10.697	—

A Companhia entrou 100% em operação comercial em 05 de julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. No exercício findo 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	4	—
Adiantamento a fornecedores (i)	5.476	17.731
	5.480	17.731
Circulante	4	474
Não circulante	5.476	17.257

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	992.786	68.614
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem	217.287	887.055
Remuneração do ativo de concessão	94.706	37.117
Receita de O&M	2.585	—
(-) Faturamento	(41.145)	—
	1.266.219	992.786
Circulante	93.638	53.290
Não circulante	1.172.581	939.496

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	81.749	42.618
Materiais e serviços não faturados	37.508	37.527
	119.257	80.145

No início de 2023 ocorreu intensificação ainda maior nas atividades de construção gerando o incremento nos saldos com recebimento de notas fiscais a pagar de serviços realizados para finalização de mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados. A Companhia tem aproximadamente 90% do seu saldo de Fornecedores referente a valores retidos do fornecedor EPC que estão em discussão em um processo de arbitragem.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) **Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são compostas da seguinte forma:**

Credor	Encargos	Data final	31/12/2023	31/12/2022
BASA - Banco Amazônia	IPCA + 3,73%	15/06/2044	535.089	395.678
Emissão de debêntures	IPCA + 7,24%	15/06/2044	173.189	154.302
			708.278	549.980
Circulante			11.554	1.979
Não circulante			696.724	548.001

Atualização monetária	Amortização de principal	Amortização de juros	Amortização do custo de captação	Saldo em 31/12/2023
21.058	(2.687)	(37.461)	—	535.089
7.104	—	—	8	173.189
28.162	(2.687)	(37.461)	8	708.278

de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG") com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R\$150 milhões, referente às Debêntures. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R\$535 milhões, referente ao Financiamento BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do projeto, e de 1,35% após. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil penhorou as ações da Marituba aos Credores. c) Condições restritivas: empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas ado-

tados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC - SP034519/O
Francisco F. A Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O



APRIMORAR AS TELECOMUNICAÇÕES POR MEIO DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadouri.estadao.com.br/publicacoes>



OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **Olindina Participações S.A.** (“**Olindina Participações**” ou “**Olindina**” ou “**Controladora**”) em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade
A **Olindina Participações S.A.** (“**Olindina Participações**” ou “**Olindina**” ou “**Controladora**”), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 01 de fevereiro de 2022, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são Sterlite Power Transmission Limited (“SPTL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada.

Sterlite Brazil Participações S.A.



Olindina Participações S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (*)	6	222	—	49.505
Ativo da concessão	8	—	—	64.401
Prêmio de seguro		—	—	643
Tributos e contribuições a compensar		—	—	901
Concessionárias e permissionárias		—	—	35
Total do ativo circulante		222	—	115.485
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	7	—	—	6.958
Ativo da concessão	8	—	—	847.160
Prêmio de seguro		—	—	417
Adiantamentos a fornecedores	9	149	—	46.975
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	3.633
		149	—	905.143
Investimentos	13	483.717	—	—
Total do ativo não circulante		483.866	—	898.185
Total do ativo		484.088	—	1.020.628

(*) O saldo de Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 100,00 (cem reais).
(**) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Constituição e integralização de capital social em 08 de junho de 2022 (*)

Saldos em 31 de dezembro de 2022 (*)

Aumento de capital conforme AGE de 23 de agosto de 2023

Aumento de capital conforme AGE de 22 de setembro de 2023

Prejuízo do exercício

Saldos em 31 de dezembro de 2023

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Olindina Participações S.A. (“Companhia” ou “Olindina”), foi constituída em 08 de junho de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico de investir e desenvolver o projeto de transmissão de energia: São Francisco (a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 7 do Leilão de Transmissão nº 002/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, composto por instalações de transmissão de energia localizadas no estado de Sergipe e Bahia). A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105 - 12º andar, sala “J”, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou

“Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited (“SPTL”) e Sterlite Grid 5 Limited (“Grid 5”) ambas sediadas na Índia. A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada. O saldo da controlada na data-base da transferência do controle está mencionado na Nota 5. **1.2. Da Concessão:** A controlada da Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24	
				Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês Base
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	52.510	12/2018

auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui despesas ou receitas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo assim, não há resultados e nem outros resultados abrangentes. A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 24 de abril de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 8.201 no consolidado, decorrente principalmente de saldos de fornecedores e empréstimos-ponte com vencimento no curto prazo de sua controlada. A administração não entende que esta situação é um risco, uma vez que ainda há saldos do financiamento de longo prazo de sua controlada pendentes de liberação durante o exercício de 2024 e a Companhia poderá receber aportes de suas controladoras. É importante destacar que, em dia 28 de março de 2024 o Banco do Nordeste do Brasil desembolsou a parcela restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE para a controlada da Companhia São Francisco, no montante de

completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida		—	—	356.935
Remuneração do ativo de concessão líquido		—	—	26.027
Receita operacional líquida	18	—	—	382.962
Custo de implementação de infraestrutura	19	—	—	(392.331)
		—	—	—
Lucro (prejuízo) bruto		—	—	(9.369)
Despesas gerais e administrativas	20	(123)	—	(1.534)
Outras receitas (despesas)		—	—	55
Resultado de equivalência patrimonial	13	(9.309)	—	—
		—	—	(10.848)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(9.432)	—	—
Receitas financeiras	21	—	—	—
Despesas financeiras	21	(3.878)	—	(6.620)
		(3.878)	—	(6.620)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.310)	—	(17.468)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	—	—	4.158
Prejuízo do exercício		(13.310)	—	(13.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	
Prejuízo do exercício	(13.310)	—	(13.310)
Total de resultados abrangentes	(13.310)	—	(13.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	
Atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(13.310)	—	(17.468)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	9.309	—	—
PIS e COFINS diferidos	—	—	39.034
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.641	—	20.784
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.231	—	1.231
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais			
Ativo de concessão	—	—	(421.998)
Impostos e contribuições a compensar	—	—	110
Prêmio de seguro	—	—	255
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(149)	—	46.723
Outros ativos	—	—	(35)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores	—	—	30.315
Tributos e contribuições sociais	—	—	2.245
Outros	—	—	(1.098)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(278)	—	(299.902)
Atividades de investimento			
Investimento em controladas	(198.946)	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	28.892	—	—
Caixa proveniente de controlada adquirida	—	—	105.198
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	(170.054)	—	105.198
Atividades de financiamento			
Aumento de capital (*)	21.154	—	21.154
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—
Caixa restrito	—	—	(6.958)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	149.400	—	544.136
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	—	(7.811)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	—	(280.000)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	—	—	(26.312)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	170.554	—	244.209
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	222	—	49.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (**)	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	222	—	49.505

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$100,00 (cem reais).

(**) O saldo de Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 era de R\$100,00 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

R\$ 43.503, sendo R\$ 40.458 para municípios prioritários e R\$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso previsto no contrato de financiamento., Para maiores detalhes, vide Nota 14. Adicionalmente, conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista Sterlite Brazil Participações S.A. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 15); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da controlada da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia e sua controlada tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada. A controlada é a Companhia na qual a Olindina Participações S.A. detém o controle e, é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2023, a participação na controlada se apresentava da seguinte forma:

Controladas	Data do início do controle	Participação %
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco")	01/07/2023	100%
As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social da controlada coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido da controlada; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.		

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e sua controlada apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as características anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e os passivos financeiros referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao

custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da controlada da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revisitos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora sua controlada reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da controlada da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente

ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a controlada da Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e sua controlada classificam, seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia e sua controlada optaram pelo regime de tributação com base no Lucro Real. A Companhia e sua controlada não apresentam saldos de tributos correntes. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e sua controlada classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e sua controlada ainda não concluíram as análises sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 01 de julho de 2023, a Olindina Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da São Francisco Transmissão de Energia S.A., tornando-se sua controladora direta. Como essa transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da São Francisco, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são apresentados a seguir:

	São Francisco
	01/07/2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	105.198
Ativo de concessão	489.563
Tributos e contribuições a compensar	926
Adiantamentos a fornecedores e empregados	93.705
Prêmios de seguros	1.315
	690.707
Passivo	
Fornecedores	15.598
Tributos e contribuições sociais	9.638
Imposto de renda e contribuição social	131
Empréstimos, financiamentos e debêntures	293.696
Partes relacionadas	1.877
Dividendos a pagar	18
PIS e COFINS diferidos	45.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	525
Outros	967
Total dos ativos líquidos identificáveis	367.735
Total da contraprestação	322.972

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Bancos	222	14.690
Aplicações financeiras	—	34.815
	222	49.505

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 70% e 98% em 2023, para o qual houve rentabilidade de R\$ 1.973 em 31 de dezembro de 2023.

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado
	31/12/2023
Aplicações financeiras (caixa restrito)	6.958
	6.958

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 dezembro de 2023. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 14.

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado
	31/12/2023
Saldo inicial	-
Ativo adquirido com a aquisição de controlada	489.563
Receita de implementação e margem da infraestrutura	393.317
Remuneração do ativo de concessão	28.681
	911.561
	911.561
Circulante	64.401
Não circulante	847.160

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	149	149
Adiantamentos a fornecedores (i)	-	46.826
	149	46.975
	-	-
Circulante	-	-
Não Circulante	149	46.975

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras	Companhia	Vencimento	Encargos
Nota promissória	São Francisco	14/09/2023	CDI + 4,00%
CCB (BB)	São Francisco	24/05/2024	CDI + 3,0416%
BNB	São Francisco	15/02/2045	IPCA + 1,5380%
Banco do Brasil - FNDE (Prioritário)	São Francisco	01/09/2042	IPCA + 3,0747%
Banco do Brasil - FNDE (Não prioritário)	São Francisco	01/09/2042	IPCA + 4,5216%
Debêntures	Olindina	15/01/2046	IPCA + 8,1349
			153.272
Total de empréstimos e financiamentos			153.272
Circulante			-
Não circulante			153.272
			153.272

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Companhia	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Atualização monetária	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	Olindina	-	149.400	1.231	2.641	-	-	-	153.272
Total		-	149.400	1.231	2.641	-	-	-	153.272

Instituições financeiras	Companhia	Saldo em 31/12/2022	Aquisições de investimentos	Captações e adições	Atualização monetária	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
Nota promissória	São Francisco	-	91.229	-	-	3.217	(80.000)	(14.446)	-	-
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	São Francisco	-	151.322	-	-	7.467	(150.000)	(8.789)	-	-
CCB Alfa	São Francisco	-	51.145	-	-	1.932	(50.000)	(3.077)	-	-
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	São Francisco	-	-	81.635	-	22	-	(1.076)	80.581	-
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	São Francisco	-	-	16.582	-	5	-	(218)	16.369	-
BNB (Novo)	São Francisco	-	-	246.519	-	2.046	-	(3.032)	245.533	-
Banco do Brasil - CCB	São Francisco	-	-	50.000	-	3.454	-	(3.485)	49.969	-
Debêntures	Olindina	-	-	149.400	1.231	2.641	-	-	153.272	-
Total		-	293.696	544.136	1.231	20.784	(280.000)	(26.312)	(7.811)	545.724

Olindina: A Companhia realizou a primeira emissão de 149.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000,00, em setembro de 2023 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo o vencimento da parcela em julho de 2025 e o vencimento em janeiro de 2046, remunerada à taxa de IPCA + 8,1349 % a.a. Em setembro de 2023, a Companhia, juntamente com sua controladora, Sterlite Brazil Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023, foram emitidas cartas de fiança, em benefício dos debenturistas, no valor de R\$149.400 a fim de garantir as Debêntures. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão físico-financeira do Projeto. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do CPG, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL n° 002/2018, bem como dos dividendos de sua investida São Francisco. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da São Francisco da Olindina Credores. Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. **São Francisco:** A São Francisco realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A São Francisco realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB n° 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R\$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a São Francisco aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Sterlite Brazil Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A São Francisco realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB n° 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R\$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85 % a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato. Em 17 de julho de 2023, o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por

10. FORNECEDORES

	Consolidado
	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços (*)	42.209
Retenções contratuais e	3.697
	45.906

(*) Saldo referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado
	31/12/2023
PIS e COFINS	347
ISS	2.507
INSS terceiros	1.476
Imposto de renda retido na fonte	80
ICMS	7.473
	11.883

12. PARTES RELACIONADAS

A controlada São Francisco possui operações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$1.877 a pagar para a empresa Sterlite Brazil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

13. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):									
31/12/2023									
	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo ou lucro			
Investidas									
São Francisco	491.129.494	100	1.020.257	536.540	483.717	(9.309)			
Total	491.129.494	-	1.020.257	536.540	483.717	(9.309)			
(*) Resultado do período compreendido entre 01 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2023, data em que a investida passou a ser Controlada pela Companhia.									
b) Movimentação do investimento:									
	Valor do investimento em 31/12/22	Aquisição de investimentos em 31/12/22	Aportes de capital	Equivalência patrimonial (*)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do investimento em 31/12/23			
Investidas									
São Francisco	-	322.972	198.946	(9.309)	(28.892)	483.717			
Total	-	322.972	198.946	(9.309)	(28.892)	483.717			
(*) A investida passou a ser controlada pela Companhia a partir de 01 de julho de 2023, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado da investida do período compreendido entre 01 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.									

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Investidas		
São Francisco	-	-
Total	153.272	545.724
	-	57.960
	153.272	487.764
	153.272	545.724

Adicionalmente não há índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a serem cumpridos para 31 de dezembro de 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
2025	-	9.452
2026	-	9.978
2027	-	10.194
2028	-	10.875
2029	-	11.741
2030	-	12.606
2031	-	13.100
Após 2032	153.272	409.818
Total das obrigações	153.272	487.764

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Tributos diferidos:			Consolidado
			31/12/2023
Imposto de renda diferido			3.211
Contribuição social diferida			1.156
IR e CS diferidos ativos			4.367
Imposto de renda diferido			(540)
Contribuição social diferida			(194)
IR e CS diferidos passivos			(734)
PIS diferido			(15.041)
COFINS diferida			(69.278)
PIS e COFINS diferidos			(84.319)
Tributos passivos			(80.319)
Ativo não circulante			3.633
Passivo circulante			(5.957)
Passivo não circulante			(78.362)
Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.			
(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. (ii) A companhia iniciará suas operações em 2024, e com isso realizará seus impostos diferidos ativos. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
	Controladora	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023	
Alíquotas nominais vigentes	(13.310)	(17.468)	
Imposto de renda e contribuição social esperada	34%	34%	
Resultado de equivalência patrimonial	4.525	5.939	
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(3.165)	(3.165)	
Outras diferenças permanentes	(1.360)	-	1.384
Imposto de renda e contribuição social efetiva	-	-	4.158
Diferido	-	-	4.158
Alíquota efetiva	0%	24%	

Prejuízo antes do IR e da CS	(13.310)	(17.468)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	4.525	5.939
Resultado de equivalência patrimonial	(3.165)	(3.165)
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.360)	-
Outras diferenças permanentes	-	1.384
Imposto de renda e contribuição social efetiva	-	4.158
Diferido	-	4.158
Alíquota efetiva	0%	24%
Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:		

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Perda possível: Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como "possível" em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Consolidado
	Quantidade de processos
	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo adquirido com aquisição da controlada	1.141
Cível	214
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.355

A controlada São Francisco recebeu em 7 de dezembro de 2023 um Termo de Intimação de Penalidade Editalícia enviado pela ANEEL, indicando possíveis penalidades, estimadas no montante de R\$ 46.358, em virtude do atraso na conclusão e entrada em operação comercial do empreendimento, a qual deveria ter ocorrido em 21 de setembro de 2023, conforme previsto no contrato de concessão. Este mesmo termo indica que a controlada da Companhia poderá eventualmente ter parte do valor da multa prevista coberta pelo Seguro Garantia firmado pela Companhia. A administração da controlada da Companhia enviou a Manifestação acerca do referido Termo de Intimação em 30 de janeiro de 2024, apresentando as suas justificativas para o atraso citado acima, que incluem dentre outras: a dificuldade na obtenção de determinadas licenças e as limitações administrativas impostas pelo período da Covid-19. Com base nas premissas destacadas acima, a administração da controlada da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão, é possível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 08 de junho de 2022, com capital social autorizado de R\$100,00 (cem reais), divididas em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas R\$1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 344.126, representado por 344.126.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada. Em 23 de agosto de 2023, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 322.972, com a subscrição particular de 322.972.062 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado nesta data (vide Nota 5 para maiores detalhes). Em 22 de setembro de 2023, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 21.154, com a subscrição particular de 21.154.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023
Receita operacional bruta	
Receita de implementação e margem da infraestrutura	393.317
Remuneração do ativo de concessão	28.681
Total da receita bruta	421.998
Tributos sobre a receita	
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura	(6.489)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(473)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(29.894)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.180)
Total de deduções	(39.036)
Receita operacional líquida	382.962
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	(392.331)
Margem de implementação da infraestrutura	(32.926)
Margem %	(8,39%)

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



OLINDINA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 45.688.565/0001-41

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

19. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	Consolidado 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(200.628)
Edificação	(171.370)
Servidão	(3.472)
Capitalização de juros	(18.143)
Outros	1.282
	(392.331)

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Pessoal e encargos	—	(1)
Serviços de terceiros	(122)	(850)
Aluguéis	—	(7)
Tributos	—	(142)
Seguros	—	(529)
Outros	(1)	(5)
	(123)	(1.534)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	—	—
Despesas financeiras		
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(3.872)	(3.872)
Despesas bancárias	(1)	(356)
Comissões e taxas	(2)	(1.368)
Multas e juros	—	(1.019)
Outros	(3)	(5)
	(3.878)	(6.620)
	(3.878)	(6.620)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e sua controlada é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023
Bancos	222	14.690
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2023
Caixa restrito	2	6.958
Aplicações financeiras	2	34.815
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	153.272	545.724
Fornecedores	—	45.906

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Olindina Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Olindina Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a controlada da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 911.561 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da controlada da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da controlada da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as

ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.1 Gestão do capital:** A Companhia e sua controlada utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e de sua controlada são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e de sua controlada são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e sua controlada efetuarem o monitoramento constante desses índices,

	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução Cenário I (-50%)	Risco de aumento Cenário II (-25%)	Risco de redução Cenário III (50%)	Risco de aumento Cenário IV (25%)
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	153.272	4,62% + taxas fixas do contrato 19.550	6,38% 9.775	9,57% 14.662	19,13% 29.325	15,94% 24.317
							Consolidado 2023
Ativos							
Equivalentes de caixa	CDI	34.815	11,65% 4.056	5,83% 2.028	8,74% 3.042	17,48% 6.084	14,56% 5.070
Caixa restrito		6.958	811	405	608	1.216	1.013
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	545.724	4,62% + taxas fixas do contrato 63.553	3,54% 31.777	5,31% 47.665	10,62% 95.330	8,85% 79.441

b) **Riscos de preço:** As receitas da controlada da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e sua controlada fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia e sua controlada acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e de sua controlada é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e de sua controlada. A Administração da Companhia e de sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e de sua controlada são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

23. SEGUROS

A Companhia e sua controlada possuem contratos de seguros garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

até o momento não se identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da controlada da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de sua controlada, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

	Controladora 2023
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	153.272
Ativos	
Equivalentes de caixa	34.815
Caixa restrito	6.958
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	545.724

	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Performance	Performance	Swiss RE			
Performance Bond	Bond	Corporate	13/09/2018	17/06/2024	R\$38.631
Construção	Risco Civil	Seguros	20/09/2022	01/10/2023	R\$30.000
Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE			
	Corporate	Corporate	20/09/2022	01/10/2025	R\$832.420

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Olindina: a) **Aumento de capital:** Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2024, a Companhia teve um aumento de capital social, efetuado pela sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A. no montante de R\$ 40.000, mediante à subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista e em moeda corrente nacional. **São Francisco:** a) **Empréstimos e financiamentos:** No dia 28 de março de 2024, o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R\$ 43.503, sendo R\$ 40.458 para municípios prioritários e R\$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso nesta data para a São Francisco. b) **Aumento de capital:** Conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social de São Francisco, efetuado pela sua controladora Olindina Participações S.A. no montante de R\$ 40.000, mediante à subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista.

CONTADORA

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE026317/O

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Administração da **São Francisco Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “São Francisco”)** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

Sociedade
A **São Francisco Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “São Francisco”)**, foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

Olindina Participações S.A.

100%

São Francisco Transmissão de Energia S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.283	18
Ativo da concessão	7	64.401	19.566
Prêmio de seguro		643	828
Adiantamento a fornecedores e funcionários		–	33
Tributos e contribuições a compensar		901	–
Outros ativos		35	–
Total do ativo circulante		115.263	20.445
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	847.160	139.219
Caixa restrito	6	6.958	–
Tributos e contribuições a compensar		–	551
Prêmio de seguro		417	927
Adiantamentos a fornecedores	8	46.826	57.785
Impostos de renda e contribuição social diferidos	13	3.633	83
Total do ativo não circulante		904.994	198.565
Total do ativo		1.020.257	219.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 07 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 18/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo iniciar em julho de 2023 de R\$ 70.982.301.

Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e Bahia:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, em circuito simples, com extensão aproximada de 180 km;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Olindina e Sapeaçu, em circuito simples, com extensão aproximada de 207 km;
- Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km;
- Entradas de linha, interligações de barramentos, compensações, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as

atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida		645.484	102.547
Remuneração do ativo de concessão líquido		37.623	3.644
Receita operacional líquida	16	683.107	106.191
Custo de implementação de infraestrutura	17	(686.670)	(108.223)
Prejuízo bruto		(3.563)	(2.032)
Despesas gerais e administrativas	18	(3.172)	(1.788)
Outras receitas (despesas)		55	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		(6.680)	(3.820)
Receitas financeiras	19	–	199
Despesas financeiras	19	(3.763)	(104)
		(3.763)	95

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.443)	(3.725)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	3.550	1.282
Prejuízo do exercício		(6.893)	(2.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(6.893)	(2.443)
Total de resultados abrangentes	(6.893)	(2.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(10.443)	(3.725)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	69.668	10.783
Juros sobre empréstimos e financiamentos	34.477	4.246
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(35)	–
Ativo de concessão	(752.776)	(116.974)
Impostos e contribuições a compensar	(265)	(30)
Prêmio de seguro	695	(1.324)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	10.992	(56.655)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	27.890	16.245
Tributos e contribuições sociais	8.960	2.904
Salários e encargos sociais	–	(234)
Partes relacionadas	–	327
Outros	(2.659)	2.658
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(613.496)	(141.779)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	149.400	53.081
Adiantamento para futuro aumento de capital	246.369	8.846
Caixa restrito	(6.958)	–
Captação de empréstimos e financiamentos	594.736	86.000
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	(7.811)	–
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(280.000)	–
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(32.975)	(6.221)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	662.761	141.706
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	49.265	(73)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	91
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.283	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade

continua ★

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a subscrito	Reserva de integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	292.183	(260.497)	97	1.827	–	33.610	1.747	35.357	
Integralização de capital conforme AGE de 28 de janeiro de 2022	–	1.747	–	–	–	1.747	–	–	
Integralização de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	–	3.011	–	–	–	3.011	–	3.011	
Integralização de capital conforme AGE de 01 de dezembro de 2022	–	50.070	–	–	–	50.070	–	50.070	
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	8.846	8.846	
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(2.443)	(2.443)	–	
Absorção do prejuízo reserva legal	–	–	(97)	–	–	97	–	–	
Absorção do prejuízo retenção de lucros	–	–	–	(1.827)	–	1.827	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	292.183	(205.669)	–	–	–	(519)	85.995	8.846	94.841
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	246.369	246.369	
Integralização de capital	49.546	205.669	–	–	–	–	(255.215)	–	
Aumento de capital conforme AGE de 06 de outubro de 2023	149.400	–	–	–	–	–	149.400	–	
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(6.893)	(6.893)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	491.129	–	–	–	–	(7.412)	483.717	–	483.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A São Francisco Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “São Francisco”), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação comercial integral em maio de 2024. A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 01 de julho de 2023, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações desta controlada. A Companhia tem sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A Companhia é controlada pela Olindina Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”). **1.2. Da Concessão:** Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 18/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após a entrada em operação comercial. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados de Sergipe e Bahia: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, em circuito simples, com extensão aproximada de 180 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Olindina e Sapeaçu, em circuito simples, com extensão aproximada de 207 km; (iii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km; (iv) Entradas de linha, interligações de barramentos, compensações, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$52.510 (R\$70.982 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação

e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 24 de abril de 2024. **2.3. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.423. Contudo, a administração não entende que esta situação é um risco, uma vez que para reverter esse ponto, sua nova controladora Olindina Participações S.A., bem como sua controladora indireta Sterlite Brasil Participações S.A. efetuaram aportes de capital no período, bem como já houve desembolso de financiamentos também. No dia 28 de março de 2024 o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R\$ 43.503, sendo R\$ 40.458 para municípios prioritários e R\$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso restante, com desembolso de suas primeiras parcelas em 25 de outubro de 2023. Para mais detalhes, veja Nota 12. Adicionalmente, conforme AGE datada de 2 de fevereiro de 2024, houve aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. • Momento de reconhecimento do ativo contratual. A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. • Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. • Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. • Determinação das receitas de operação e manutenção: O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e caixa restrito e passivos financeiros referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados como: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a

infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 25% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas ascendendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

b) **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:**

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2023
Nota promissória	84.025	—	10.421	(80.000)	(14.446)	—	—
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	—	150.000	14.225	(150.000)	(14.225)	—	—
CCB Alfa	—	50.000	4.304	(50.000)	(4.304)	—	—
Banco do Brasil - CCB	—	50.000	3.454	—	—	(3.485)	49.969
BNB - Banco do Nordeste	—	246.519	2.046	—	—	(3.032)	245.533
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	—	81.635	22	—	—	(1.076)	80.581
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	—	16.582	5	—	—	(218)	16.369
Total	84.025	594.736	34.477	(280.000)	(32.975)	(7.811)	392.452

continua ★

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	14.468	18
Aplicações financeiras	34.815	—
	49.283	18

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 70% e 98% em 2023, para o qual houve rentabilidade de R\$ 1.973 em 2023 (R\$ 199 em 2022).

6. CAIXA RESTRITO

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (caixa restrito)	6.958	—
	6.958	—

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 dezembro de 2023. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 12.

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	158.785	41.811
Receita de implementação e margem da infraestrutura	711.318	112.959
Remuneração do ativo de concessão	41.458	4.015
	911.561	158.785
Circulante	64.401	19.566
Não circulante	847.160	139.219

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a funcionários	—	19
Adiantamentos a fornecedores (i)	46.826	57.799
	46.826	57.818
Circulante	—	33
Não Circulante	46.826	57.785

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços (*)	42.209	16.285
Retenções contratuais e	3.697	—
Materiais e serviços não faturados	—	1.731
	45.906	18.016

(*) Saldo referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	347	—
ISS	2.507	399
INSS Terceiros	1.476	464
Contribuição social retida na fonte	—	85
Imposto de renda retido na fonte	80	15
ICMS	7.473	1.960
	11.883	2.923

11. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Sterlite Brazil Participações S.A.	1.877	1.877
Total	1.877	1.877

A Companhia possui operações com partes relacionadas em 30 de setembro 2023 no valor de R\$1.877 a pagar para a empresa Sterlite Brazil Participações S.A., referente a compartilhamento de despesas de folha de pagamento.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:**

Instituições financeiras	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Nota promissória	14/09/2023	CDI + 4,00%	—	84.025
CCB (BB)	24/05/2024	CDI + 3,0416%	49.969	—
BNB	15/02/2045	IPCA + 1,5380%	245.533	—
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	01/09/2042	IPCA + 3,0747%	80.581	—
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	01/09/2042	IPCA + 4,5216%	16.369	—
Total de empréstimos e financiamentos			392.452	84.025
Circulante			57.960	84.025
Não circulante			334.492	—
			392.452	84.025



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power

SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.252/0001-75

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

★ continuação

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor de Operações

Jell Lima de Andrade
Diretor Presidente

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **São Francisco Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

SOLUÇÕES SOB MEDIDA E
PRODUTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO
PARA MELHORAR AS CAPACIDADES
DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA



Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



////Sterlite Power

EMPODERAR A
HUMANIDADE
ENFRENTANDO OS
MAIORES DESAFIOS
NO ACESSO À ENERGIA



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

The logo for Sterlite Power, featuring three slanted parallel lines followed by the text "Sterlite Power" in a bold, sans-serif font.

www.sterlitepower.com/br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadadori.estadao.com.br/publicacoes/>